



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental-EIA/RIMA do empreendimento “Usina Termelétrica Santa Branca”, de responsabilidade de Eletroger Ltda., realizada na cidade de Santa Branca, no dia 22 de novembro de 2001.

Realizou-se no dia 22 de novembro de 2001, às 19:00 horas, no Ginásio de Esportes Benedita Pacheco de Abreu, na Av. Brigadeiro Aguiar s/nº, na cidade de Santa Branca, a Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental-EIA/RIMA do empreendimento “Usina Termelétrica de Santa Branca”, de responsabilidade de Eletroger Ltda. Dando início aos trabalhos, o Secretário Executivo do Consema, Germano Seara Filho, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Consema, Deputado Ricardo Tripoli - que, não podendo estar presente, havia-lhe pedido para representá-lo -, saudava e dava boas-vindas às autoridades e a todos que haviam comparecido e que passaria a compor a Mesa Diretora dos Trabalhos, chamando para dela fazer parte o assessor técnico Gilberto Gama, representante da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção dos Recursos Naturais-CPRN. Declarou também que, não tendo até aquele momento nenhum membro do Consema no recinto, assim que algum deles chegasse, seria chamado à Mesa. Depois de expor resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação 50/92 para a condução das audiências públicas, o Secretário Executivo do Consema convidou a fazer uso da palavra o representante do empreendedor, Fernando da Fonseca Santos, Gerente de Desenvolvimento do Projeto da Termelétrica Santa Branca, que, depois de oferecer uma série de esclarecimentos sobre a Eletroger, isto é, de informar que ela fazia parte do Grupo AES, de origem norte-americana, considerado um dos maiores do mundo no setor de energia elétrica, atuando em mais de 25 países na geração e distribuição de energia elétrica, contando com 180 plantas instaladas que eram responsáveis pela produção de 59.000 megawatts, os quais correspondiam à quase totalidade da capacidade instalada no Brasil, ofereceu, ainda, os seguintes dados: que o investimento total previsto para essa termelétrica era da ordem de 6 milhões de dólares, que essa empresa participava de outras, como a Eletropaulo, a AES-Tietê e a AES-Sul, que a produção prevista era da ordem de 1.044 megawatts, o suficiente para atender 3,5 milhões de residências, e que era prevista também a implantação de uma linha de transmissão de 5 quilômetros de extensão, interligando a usina com a linha de transmissão que ia de Tijuco Preto até Cachoeira Paulista no Vale do Paraíba, esclarecendo, ao final, que, depois de longas negociações, o empreendedor assumira os seguintes compromissos: que as emissões de óxidos de nitrogênio (NOx) não excederiam 15 ppm, que seriam também empregadas as mais eficientes tecnologias em relação ao uso da água, à emissão de ruído e à segurança dos cidadãos, com o atendimento dos mais restritos padrões ambientais, e que o empreendimento geraria empregos diretos e indiretos durante as etapas de construção e de operação da usina, além de significativo aumento das receitas tributárias para o Município. O representante da equipe responsável pela elaboração do EIA/RIMA, José Manoel Mondelo, vinculado à JP Engenharia, depois de oferecer um breve histórico sobre o processo de licenciamento ambiental do projeto e de informar que a equipe técnica responsável pelo EIA/RIMA era formada por um grupo multidisciplinar de 43 profissionais, ofereceu esclarecimentos detalhados sobre diferentes aspectos do estudo, entre os quais os seguintes: a escolha locacional, que envolveu oito alternativas em diferentes Municípios da região, tendo sido sua maior proximidade dos maiores centros de consumo de energia e de importantes rodovias do País que determinou a escolha do Município de Santa Branca; as condições para dispersão das emissões atmosféricas; a utilização do



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

gás natural; o processo de queima; a exaustão dos gases resultantes do processo de aquecimento, seu lançamento na atmosfera e a geração de vapor; a avaliação tanto das concentrações dos poluentes que saíam das chaminés como daquelas provocadas no nível do solo, declarando ao final que, com base em todos os dados obtidos, os empreendedores assumiram o compromisso formal de garantir a manutenção da atual qualidade de vida e do ar na cidade de Santa Branca e região; que a vazão mínima estabelecida para a Barragem de Santa Branca era de 40.000 l/s e que o fato de a usina captar apenas 240 l/s no seu processo e devolver 60 l/s numa temperatura de 35° C, provocando um aumento de apenas 0,36° C, nenhum dano causaria à vida aquática local; que também, segundo esse estudo, não seriam geradas grandes quantidades de resíduos sólidos, pois teria lugar apenas a produção de lodo na estação de tratamento de água, o qual, derivado de partículas sólidas retiradas do rio, seria depositado em aterro controlado, autorizado e licenciado, no qual estava prevista também a implantação de um programa de reciclagem; que seriam imperceptíveis as alterações provocadas pela termelétrica no que dizia respeito ao ruído; que a análise de risco havia sido feita segundo o manual da Cetesb e que, mesmo realizando uma ampla análise do potencial de risco, não identificou nenhuma possibilidade de ocorrência de acidente operacional fora dos limites da usina; que o programa de monitoramento da qualidade do ar dispunha de uma estação meteorológica operando durante doze meses e de uma estação de qualidade do ar medindo os principais parâmetros, que as emissões atmosféricas na saída da chaminé seriam monitoradas continuamente e que este monitoramento seria acompanhado pelo empreendedor ou pelos órgãos ambientais a qualquer momento. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Coletivo das Entidades Ambientistas Cadastradas no Consema. Ricardo Ferraz expressou as seguintes opiniões: que esperava fosse vitorioso o movimento contrário à implantação dessa termelétrica, porque não desejava ser obrigado a usar máscara de gás para viver na região; que a baixa circulação atmosférica era um dos principais motivos da inviabilidade da implantação desse projeto no Vale do Paraíba, que se localizava entre as Serras do Mar e da Mantiqueira, junto à Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul; que Santa Branca estava, aproximadamente, a 600 metros de altitude e essa termelétrica ficaria a 625 metros, o que levaria os poluentes por ela emitidos a se concentrarem sobre a cidade; que a baixa circulação atmosférica da região poderia ser constatada através dos estudos feitos sobre os lançamentos das fábricas já instaladas na região, estudos estes que igualmente revelaram que em 50% do tempo ocorriam calmarias na região, principalmente no período noturno, dada a ausência de ventos; que o Vale do Paraíba também se caracterizava por uma homogeneidade do clima, com temperaturas médias entre 25 e 26 ° C, variando muito os índices de dispersão, ou seja, entre 0,1 a 47%, situação esta que se agravava durante o inverno, quando a dispersão máxima era de 45%, o que concorria para que ocorresse uma grande concentração de poluentes; que esses dados ilustravam bem a situação do Vale do Paraíba, para a qual o adicional de poluentes lançado por essa usina contribuiria muito para que ocorressem saturações, razão esta que levava o movimento ambientalista a se posicionar técnica e eticamente contrário à instalação desse empreendimento; que os ambientalistas entendiam que, por um lado, essa termelétrica não contribuiria operacionalmente para o processo de substituição da matriz energética, e, por outro, que o Governo Federal não fazia nenhum tipo de planejamento estratégico; que a população de Santa Branca deveria, pelo fato de a implantação dessa usina causar impactos significativos na região, promover um plebiscito, para se decidir se ela seria ou não implantada. Professor Osvaldo Sevá, igualmente representante o Coletivo das Entidades Ambientistas Cadastradas no Consema, fez as seguintes considerações: que perguntava às pessoas presentes se elas tinham ou não conhecimento do aumento que teriam as



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

tarifas de energia elétrica a partir do próximo mês de dezembro, decorrentes da pressão das empresas do setor energético, uma vez que a conclamação a todos, feita há oito meses pelo Governo Federal, para que reduzissem o consumo de energia, sob pena de ser cortado o fornecimento daqueles que ultrapassassem as cotas pré-estabelecidas, resultou em um baixo consumo, cuja contrapartida foi a pressão das empresas desse setor, entre elas a Light-Rio, a Light-São Paulo, a Eletropaulo, a francesa AEDF e a norte-americana AES, para que fossem aumentadas as tarifas de modo a serem mantidos os lucros dessas empresas estrangeiras que adquiriram tanto as hidrelétricas como as linhas de energia, duas das quais, a AES e AEDS, eram responsáveis por essa mega-termelétrica que se pretendia instalar em Santa Branca; que, portanto, o único objetivo do alarde da crise de energia era aumentar as tarifas, objetivo este que será atingido, como todos poderão duramente constatar, a partir do próximo mês, com a anuência do Governo Federal; que essa situação revelava quem eram esses grupos econômicos que expunham com perfeição esse projeto, embora fosse perfeita e não-impactante a exposição feita, mas não o projeto, cujas tentativas de aprovação vinham sendo feitas há mais de dois anos por meio de uma pesada campanha publicitária com a finalidade de convencer todas as pessoas a acreditarem nessa farsa; que a implantação dessas termelétricas apenas agravaria os problemas da eletricidade no Brasil, uma vez que fariam uso de gás natural, cotado em dólar, e não em real; que, com base nessas premissas, ficava claro que, se essas empresas produzissem energia elétrica usando combustível pago em dólares, o custo da eletricidade, no futuro, também seria afixado em dólar; que as termelétricas constituíam uma estratégia de tirar mais dinheiro do povo brasileiro, cujos salários eram pagos em reais e raramente aumentavam, como bem demonstrava a atual situação da categoria dos professores das universidades federais, que, há sete anos, não recebia nenhum aumento, isto é, recebiam os salários em reais, os quais não aumentavam; que, no entanto, esses senhores que mostraram um “vídeo-game” bonitinho, cheio de números inventados, falseados, eram pessoas que sabiam fazer contas em dólares muito bem; que essa era a razão pela qual se manifestavam nessa audiência representantes do movimento ambientalista, motivados, inclusive, pelo fato de a população dessa cidade ou dessa região não ter escolhido que se implantasse em sua cidade um projeto desse tamanho, com mais de 1 milhão de quilowatts de potência, tendo essa decisão sido tomada por meia dúzia de grandes empresários que, apontando para o mapa, de dedo em riste, a figura que correspondia ao Município de Santa Branca e, sabedores da sua proximidade de um gasoduto e de vários centros de consumo, afirmaram que ali implantariam uma enorme termelétrica, uma das maiores do mundo, pois sua potência era de 1 milhão de megawatts, e que, se efetivamente for implantada, constituirá o segundo foco de queima de combustível em todo o Estado de São Paulo, menor apenas, em termos de queima de combustível, que a Siderúrgica da Cosipa, em Cubatão; que, portanto, brilhará no Estado de São Paulo, em primeiro lugar, a Cosipa e, em seguida, a maravilhosa termelétrica de responsabilidade da Eletroger, que não era poluente, não gastava água, ou seja, era uma maravilha que iria gerar recursos e desenvolvimento; que tudo isso era mentira, mentira, mentira, porque essa termelétrica geraria muito mais poluição na região e contas de luz bem mais caras, que seriam pagas tanto por quem era favorável como por quem era contrário à implantação desse empreendimento. Luiz Antônio Waak, outro representante do Coletivo das Entidades Ambientistas Cadastradas no Consema, fez os seguintes comentários: que o problema crucial dessa termelétrica, como já fora dito, era a dificuldade de dispersão, dadas as condições climáticas do Vale do Ribeira; que de uma equipe do INPE fora solicitada, por algumas pessoas que trabalhavam na Prefeitura de Santa Branca, uma análise, que, ao ser elaborada, apresentou diferenças cruciais do estudo elaborado pela Eletroger, tendo sido,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

inclusive, admitido pelo Engenheiro Santorin, que integrava a equipe responsável pela elaboração do EIA/RIMA, a ocorrência de algumas falhas nesse estudo, as quais diziam respeito a dados relativos aos períodos médio, curto e longo de dispersão; que essa análise realizada pelo INPE e que foi encaminhada ao Consema, era uma prova de que essa usina oferecia riscos à população e, para que esses riscos fossem anulados, o projeto dessa termelétrica deveria ser alterado e usados aqueles dados relativos à subida da pluma, constantes do próprio estudo produzido pela Eletroger para ilustrar a situação Classe F, predominante no inverno, uma vez que a pluma viajaria em terreno plano, sem acidentes geográficos, a 786 metros de altura, embora existissem, na região de Santa Branca, pontos com elevação bem maior do que essa; que, portanto, se a altura da chaminé não for alterada, esses pontos localizados a uma altura superior a 786 metros, num alinhamento provocado entre a chaminé e o vento, poderão ser atingidos por altas doses de poluentes acima dos limites permitidos, o que causará elevados riscos para a saúde da população; que esse risco só será anulado com a substancial elevação da chaminé, ou se o vento, ao bater em outro obstáculo, levar a pluma para baixo, ou, ainda, se um obstáculo existente a 1 quilômetro ao norte da usina provocar, antes de a pluma subir, aquela indução de turbulência, trazendo-a para o solo e aumentando a dispersão; que esse era o motivo pelo qual, a não ser que se usasse um modelo de integração das equações de Nabie Toks, não se poderia licenciar essa usina sem que a altura inicial da chaminé física fosse alterada; que um outro aspecto dizia respeito à capacidade de todo o sistema de dispersão fazer lançamentos abaixo ou acima da camada de inversão térmica, embora no caso de esse lançamento ser feito a uma altura elevada, nos dias de menor camada de inversão térmica, que eram os mais perigosos, se minimizariam os problemas de recirculação existentes no Vale de Santa Branca, em decorrência da sua limitação pelos acidentes geográficos da Serra do Jambeiro, Serra do Mar e Serra de Mogi, características estas que nada tinham a ver com o Vale do Paraíba, cujo sistema de recirculação independente possibilitava uma qualidade do ar melhor do que a verificada nos Municípios de São José e de Jacareí; que existiam fendas de passagens, os morros que se encontravam na base e aqueles próximos e afastados que estavam no alto, os quais possibilitavam que toda e qualquer carga de poluentes saísse pelas fendas por eles formadas, embora fosse necessário levar em conta que a camada variava entre 160 e 240 metros no inverno, chegando até mesmo a 1 quilômetro no verão, e que, se porventura, ela chegasse a 500 metros, criaria sempre uma saída de poluentes para o Vale do Paraíba maior que a real, possibilidade esta que não era analisada pelos estudos elaborados pela Eletroger; que, portanto, era imprescindível se elevar a chaminé para se garantir que, se a camada for baixa, ela seja lançada para cima e, se for elevada, não seja lançada; que, além desses aspectos, teria de se estudar a recirculação, cujas fotos enviadas pelo INPE para a Promotoria bem mostravam quão forte era, o que provocará problemas se não forem adotadas medidas de mitigação. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes da sociedade civil. Missayuki Uono, representante da Associação Cultural Agrícola e Esportiva, fez os seguintes comentários: que morava em Salesópolis, pertencendo, pois, à Comarca de Santa Branca, e era produtor agrícola na região formada pelos Municípios de Alto Tietê, Mogi das Cruzes, Biritiba-Mirim e Salesópolis, responsável por 40% da produção de horticultura do Estado de São Paulo, o que a tornava importante; que, no entanto, essa produção se encontrava comprometida em virtude do racionamento de energia elétrica que, apesar de ter sido estipulado em apenas 10%, era representativo para a produção agrícola, obrigando os produtores a diminuírem a produção, o que, com certeza, se refletia também na sobrevivência dos consumidores, que, além da dificuldade em adquirir produtos, pagavam por eles um preço maior; que esta era a principal razão que o levou a se manifestar, não na defesa da termelétrica, mas, sim, da



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

necessidade de o Governo rever essa situação; que 90% da produção de energia no Brasil se dava pelas hidrelétricas e que a estiagem estava comprometendo a produção de energia e, com certeza, a economia do País; que por esta razão ponderava sobre a necessidade de se rever a política de energia elétrica no Brasil, de se incluírem nela as termelétricas, para que o País continuasse se desenvolvendo, o que não seria possível se não houvesse energia disponível; que, por este motivo, não se poderia radicalizar em torno de uma única posição, o que não impedia que se continuasse defendendo a qualidade do meio ambiente, defesa essa que era primordial; que fora elaborado um estudo tecnológico sobre o impacto ambiental que essa termelétrica causaria, o que mostrava o rigor da legislação brasileira, que permitia se ficar tranquilo em relação ao que seria instalado, pois, com certeza, não causaria nenhum prejuízo à saúde da população; que, como foi demonstrado, todos os parâmetros ficariam abaixo do limite estabelecido pela lei e que era necessário ofertar à população uma qualidade de vida melhor, o que implicava melhores condições econômicas, pois a qualidade de vida não requeria apenas uma boa qualidade do ar e da água, mas também dinheiro, para que os Municípios e os Prefeitos pudessem investir; que o Município de Santa Branca não poderia deixar passar essa oportunidade de sua redenção, isto é, de melhorar a qualidade de vida de sua população, com mais habitação, mais saúde, mais escola e mais emprego. Bertone Sei, representante do Santa Branca Esporte Clube, fez os seguintes comentários: que a população de Santa Branca estava alegre com a realização desse ato democrático e com as notícias divulgadas pelos rádios e jornais da região no dia de hoje sobre a derrubada da liminar que impedia a realização dessa audiência pública; que essa vitória na Justiça, que tardava mas não falhava, pertencia muito mais ao povo do que à Eletroger; que, a partir desse dia, todos iriam pressionar duramente a Eletroger para que fizesse valer o *slogan* amplamente repetido que dizia que povo trabalhador queria a termelétrica, já, pois o futuro era agora. Carlos Daher, representante da Associação dos Policiais de Santa Branca, fez os seguintes comentários: que há dez anos morava em Santa Branca e que tinha em mãos um documento que havia sido endereçado ao Ministério Público de Santa Branca, documento este assinado pelo INPE com a data desse dia, para o qual pedia a atenção de todos, pois era muito importante que se firmasse uma opinião sobre a termelétrica; que estavam sendo mostradas no “telão”, fotos tiradas de satélite do Estado de São Paulo, em cujo centro estava o Vale do Paraíba e que, embora tivessem sido tiradas em datas diferentes, mostravam uma única coisa, que eram os nevoeiros pairando sobre o Vale do Paraíba, ao mesmo tempo que mostrava o resto do Estado de São Paulo inteiramente limpo, sem uma nuvem sequer; que era possível observarem-se nevoeiros sobre o Vale do Paraíba todos os dias nos mesmos horários; que o nevoeiro que pairava sobre o Vale do Paraíba se devia aos seguintes fatores: ao resfriamento do ar próximo da superfície terrestre; ao predomínio de alta pressão atmosférica; à ausência de ventos ou à ocorrência de ventos fracos; e, por último, à presença de umidade; que essas fotos constituíam uma prova de que não existia nessa região vento suficiente para dispersar os poluentes que essa termelétrica produzirá; que prestava uma homenagem especial ao Promotor de Justiça da Comarca de Santa Branca, que era o curador do meio ambiente, e que havia impetrado nessa semana mais uma ação civil pública contra o absurdo que era essa termelétrica; que pedia a população de Santa Branca que não se vendesse por um prato de feijão, que não vendessem a alma ao diabo, porque, apesar de o dinheiro ser muito bom, não era suficiente, e o que interessava era a saúde e a qualidade de vida da população; que, por fim, pedia ao povo de Santa Branca que mantivesse a cabeça erguida, isto é, que mantivesse sua dignidade. Itamar Rodrigues Cruz, representante do Senai do Município de Jacareí, fez os seguintes comentários: que, como representante da mais importante unidade de educação profissional da América Latina, declarava-se



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

favorável não só à implantação dessa usina termelétrica como também a toda e qualquer iniciativa que gerasse emprego e desenvolvimento para a cidade de Santa Branca, desde que estivesse respaldada por estudos de impacto ambiental e protegida pela lei ambiental. Rosa Ramos, representante da Comissão de Meio Ambiente da OAB, teceu as seguintes considerações: que representava o Presidente da Comissão de Meio Ambiente da OAB de São Paulo, Márcio Cammarosano, e que entendia que o fornecimento de energia elétrica através do sistema de co-geração com turbinas a gás vinha sendo cada vez mais utilizado no mundo, pois um grande número de projetos de usinas termelétricas vinha sendo implantado, vários outros projetos se encontravam em fase de implantação e outros estavam sendo planejados; que o Brasil sempre foi a terra da energia abundante e barata e as pessoas haviam-se acostumado tanto com essa realidade que nunca imaginaram serem obrigadas a apagar a luz; que a opção por uma matriz energética concentrada em hidrelétricas, responsável por 97% da energia consumida, e a falta de investimento no setor haviam tornado o País frágil, e que, no atual contexto, não bastava pedir ajuda aos céus para que a chuva viesse, mas, sim, buscar novos mecanismos, novos meios para produzir energia; que a Comissão de Meio Ambiente da OAB de São Paulo tinha acompanhado a apresentação de todos os projetos e o levantamento de inúmeras questões acerca dos meios receptores da poluição gerada no ar, na água e no solo, além daqueles relacionados com os aspectos econômicos e sociais; que a atual etapa de licenciamento dessa termelétrica, que era a do licenciamento prévio, transcendia a responsabilidade do empreendedor, uma vez que o risco ambiental que a gestão desse empreendimento supunha não poderia ser fruto do seu livre arbítrio, embora, como se podia comprovar, o EIA/RIMA não previsse nenhuma consequência que pudesse ser classificada como catastrófica; que, mesmo assim, a OAB, com a total independência e imparcialidade que caracterizava sua atuação e sem manter com os órgãos da Administração Pública qualquer vínculo funcional ou hierárquico, poderia a qualquer tempo, desde que não se comprovassem verdadeiras as informações técnicas fornecidas pelo empreendedor, que gozavam da presunção de veracidade, ingressar em Juízo com as medidas judiciais cabíveis. Maria Morena Marques, representante da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo, fez os seguintes comentários: que, com pesar, percebia que muitas pessoas de boa vontade estavam com a luz da consciência apagada; que era claro que a energia limpa, segura, inesgotável e mais econômica era a solar, aquela que Deus enviava todos os dias; que a energia eólica e solar eram puras e, até mesmo, divinas, não fornecendo riscos para a humanidade; que os riscos oferecidos pelo gás natural eram muitos, como explosões, vazamentos e intoxicações; que toda a energia da terra provinha de quatro fontes, que eram a solar, a geotérmica, a gravitacional e a nuclear; que falar em termelétricas era falar de interesses econômicos que não os do povo brasileiro, e que este povo não podia ser deixado nas mãos de tiranas e desumanas empresas; que as usinas termelétricas geravam empregos de risco, as usinas solares, empregos de manutenção e saudáveis, que se voltavam para o bem-estar social da comunidade; que, nesse momento de efetiva participação da população, ganhasse força a preservação do ser humano, que ele não se deixasse enganar nem manobrar, que aprendesse com os exemplos vindos do Oriente Médio, pois a guerra santa outra coisa não era senão a defesa do monopólio do petróleo e a luta contra a escassez tremenda existente naquela região; que o ser humano não deveria seguir também o exemplo dos EUA, da Alemanha e de outros países que formavam o G7, que eram os maiores exploradores dos Países em desenvolvimento como o Brasil; que abraçara uma faixa na qual estava escrito “quem ama a sua terra não mata a sua nascente”, e repetia mais uma vez que, com grande pesar, percebia que muitas pessoas estavam com a consciência apagada em decorrência das ações movidas pelos interesses econômicos de organismos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

internacionais minoritários; que sempre era tempo de despertar os prósperos e bons pensamentos; que as termelétricas não eram necessárias, que essa matriz energética não era apropriada para as condições brasileiras e, muito menos, para aquelas existentes no Vale do Paraíba, e que só a energia solar gerava empregos, além de preservar a saúde da população; que existia em algumas regiões do globo, em particular na costa oeste dos EUA, um grande número de bolsões de gás, cuja exploração era difícil, e que, por esta razão, os norte-americanos exploravam os subterrâneos com bombas nucleares; que o interesse da Prefeitura de Santa Branca deveria ser o meio ambiente e a saúde da população; que não se deveria apoiar esse empreendimento, mas recusá-lo e investir na energia solar. Maria Benedita Dias Chagas, representante do Fórum em Defesa da Vida de São José dos Campos, comentou que o empreendimento em discussão havia sido rejeitado nos países desenvolvidos; que tais países estavam pesquisando e defendendo como opção para a geração da energia outras formas a partir da biomassa, da energia solar e da energia eólica; que, pelo fato de o Brasil apresentar grande quantidade de luz solar e água, ele não necessitava de uma usina termelétrica, constituindo-se apenas num projeto de interesse de uma minoria; que a conta de luz sofreria um acréscimo aproximado de 40% e que ela seria calculada em dólar, já que o gás natural era cotado nessa moeda. Márcia Terezinha Pereira, do Centro de Estudos e Assessorias Políticas, teceu as seguintes considerações: que lamentava a recepção ostensiva que havia recebido por parte da Polícia Militar quando de sua chegada ao local do evento; que, como uma defensora da qualidade de vida para as pessoas, havia sentido quando ouviu algumas pessoas dizerem que não se importavam em morar em uma cidade que provocasse problemas de saúde, pois o importante era que se gerassem empregos; que tinha provas da dificuldade da dispersão do ar na região; e que protocolara nesse dia pedido de que fosse realizada outra audiência pública sobre esse empreendimento no Município de São José dos Campos, e que pedia o auxílio dos membros da Mesa para que tal solicitação fosse sancionada, apesar do adiantado da data. Vicente de Moraes Cioffi, representante do NEPE – Jornalista Barbosa Lima Sobrinho, exibiu um filme sobre a preocupação dessa entidade com a água e com os recursos naturais, após o que teceu os seguintes comentários: que o alto consumo de gás natural, a poluição do ar, o consumo de água, o preço e a utilização da energia elétrica, a baixa geração de empregos e a desvalorização imobiliária de Santa Branca eram as grandes preocupações de sua entidade; que o consumo final previsto para o gasoduto Brasil-Bolívia era de 30 milhões de m³, mas que os dezoito projetos de termelétricas em andamento consumiriam em torno de 40 milhões de m³, ultrapassando, dessa forma, o limite do gasoduto; que o Brasil havia assinado o Protocolo de Kyoto, comprometendo-se a reduzir em 5% a emissão dos gases formadores do efeito estufa, mas que, no entanto, descumpriria tal compromisso se fossem levados a cabo tais projetos; que a queima de gás natural numa usina de 1200 MW geraria em torno de 6,4 milhões de m³/dia de poluentes como o óxido de nitrogênio, causador de doenças respiratórias, e o enxofre, causador da chuva ácida; que, de acordo com os técnicos do INPE, a região possuía péssimas condições para dispersão dos poluentes, pois a velocidade média dos ventos era de 5,7 km/h; que o relatório havia classificado São José dos Campos, próximo do Município de Santa Branca, como detentor do pior ar da região; que o projeto consumiria em torno de 1.288.000 l/h de água, dos quais apenas 5% retornariam ao rio fornecedor; que, dada a crise de falta de água, este fator agravaria ainda mais tal problema, podendo colocar em risco o abastecimento público dos Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais; e que todos deveriam lutar por uma energia elétrica alternativa e limpa. José Moraes Barbosa, representante do Conselho Municipal de Meio Ambiente de São José dos Campos, fez os seguintes comentários: que tal projeto afetaria a qualidade de vida da população da região; que, através de estudos técnicos,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

havia ficado comprovada a dificuldade da região em dispersar os poluentes, e que trazia consigo documento comprovando a solidariedade dos habitantes do Município de São José dos Campos, pois para lá também estava planejada a instalação de uma usina termelétrica, a revelia da população e da lei. Pedro Zanone de Paula, representante da Sociedade Amigos de Bairro de Jacareí, comentou que, a exemplo do Município de Angra dos Reis, possuidor de uma usina nuclear, mas, mesmo assim, acolhedor de um grande número de pessoas abastadas, acreditava que Santa Branca poderia ter a mesma sorte e o mesmo destino; e que os habitantes de Jacareí sentiam inveja pelo fato de o seu Município não ter a oportunidade de acolher um investimento como este que estava sendo planejado para Santa Branca. Iracy de Andrade Moreira, representante da Sociedade Amigos de Bairro Estância Nova Campos do Jordão, fez os seguintes comentários: que há treze anos morava em Santa Branca, vinda do Município de São Paulo, onde residia ao lado da termelétrica Piratininga, movida a óleo combustível, e que nenhum de seus amigos que ainda lá moravam havia adoecido em função de tal termelétrica; que a região precisava do progresso que essa termelétrica possibilitaria e que manifestava-se favorável à sua implantação. Sebastião Rodrigues, representante do CIESP/FIESP de São Paulo, observou que, em face da crise energética vivida pelo País, uma influência negativa se exercia sobre o PIB nacional, pois o racionamento de energia, além de reduzir os postos de trabalho, impedia a criação de novos, e o Vale do Paraíba, uma das regiões mais desenvolvidas do Estado de São Paulo, era extremamente dependente de energia elétrica para se desenvolver, e o gás natural era uma fonte alternativa viável e seus resultados eram positivos, e que, por todas estas razões, manifestava seu voto favorável à implantação desse empreendimento. Leão Akerman, representante do CIESP de Jacareí, teceu os seguintes comentários: que os níveis de água dos reservatórios haviam diminuído de 75% para 25% desde 1997, sendo sua recuperação possível somente no prazo de 3 a 5 anos; e que, devido à necessidade de energia elétrica para o desenvolvimento da nação, manifestava-se favorável à implantação desse empreendimento. Maria Assunção Fauls, representante do SESI de Jacareí, fez as seguintes observações: que o ar limpo da região se devia à brisa marítima, brisa esta que também participava da formação de nuvens; que tais nuvens funcionavam como um aspirador que levantava todo o ar da superfície e o levava para altas altitudes, onde a velocidade dos ventos era de 80km/h; que uma chaminé a 50 metros de altura lançava os gases numa área de ventos de grande circulação; e que, devido a tudo isso, não se deveria levar em conta os dados apresentados sobre o vento na superfície, e, sim, nas altitudes superiores, para onde de fato os poluentes seriam carregados. Ruy Rodrigues Nole, representante da Sociedade Amigos do Bairro Angola, fez os seguintes comentários: que, examinando o EIA/RIMA, havia percebido que seu bairro seria muito prejudicado pela neblina e pelo ruído causados pelo empreendimento; que, apesar de eminentemente rural, o Bairro Angola havia sido classificado como urbano; que outros problemas decorrentes da instalação seria a poluição do Rio Paraíba e da Represa de Santa Branca; que o EIA/RIMA apresentava uma modelagem matemática de dispersão dos poluentes que não era confiável, uma vez que uma técnica contratada pela Eletroger, quando questionada sobre a existência de risco no funcionamento desse empreendimento, havia respondido afirmativamente; e que, em face dessa opinião, manifestava-se contrariamente à sua implantação. Aylton Laurentino, representante do Sindicato dos Petroleiros de São José dos Campos e Região, teceu as seguintes considerações: que, em primeiro lugar, manifestava seu repúdio por ter sido cerceado seu acesso a esse recinto, uma vez que a cidade fora fechada, o que comprovava como o poder econômico fazia a cabeça das pessoas; que outra situação que revelava essa influência foi o fato de algumas pessoas ao se manifestarem nessa audiência oferecerem outros motivos que não os verdadeiros para a crise energética que o



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Brasil atravessava, e o fato verdadeiro era ter o Governo Federal colocado o Brasil de joelhos em frente do FMI, ter deixado todas as empresas brasileiras geradoras de energia sem compromisso de investir em geração; que o Governo Federal, ao seguir as normas do FMI, que impunha a privatização, assegurava que iria gerar empregos, o que não aconteceu, além do fato de favorecer que os altos salários ficassem com a mão-de-obra especializada, que não era brasileira; que o Governo Federal, aliado ao Governo Estadual, propuseram que essa usina fosse instalada em Santa Branca, e o Governo Municipal, de igual linhagem, aceitou, pois uma das estratégias do Governo Federal era instalar as termelétricas nos Municípios cujos Prefeitos fossem do mesmo partido, porque, desse modo, eram obrigados a apoiá-lo; que a população de Santa Branca estava de parabéns, tinha de resistir até o fim, porque nem Santa Branca nem o Brasil eram depósito de lixo dos Estados Unidos e das nações que se diziam desenvolvidas; que a matriz energética estava mudando e a razão disso era o fato de os Países desenvolvidos não aceitarem mais esse tipo de geração de energia; que esta era a razão por que se tinha de dizer não às termelétricas e, sim, à vida; que a Petrobrás há dez anos não contratava ninguém, apenas “terceirizava” os serviços, ou, melhor, sucateava a mão-de-obra, e será esta a política de emprego que essa termelétrica adotará, pois, em vez de empregos, criará hospitais e postos de saúde, uma vez que, inquestionavelmente, aumentará o número de doentes na cidade; que essa realidade era inaceitável, embora algumas pessoas ainda defendessem projetos como este, que prejudicarão a população; que era técnico ambientalista e fazia parte de um grupo ecológico sediado na cidade de São José e, como tal, poderia apresentar dados técnicos, mas abria mão dessa possibilidade, uma vez que aqueles que possuía já haviam sido apresentados pelo Professor Sevá e pelo ambientalista Ricardo Ferraz, os quais eram suficientes para que a população de Santa Branca refletisse, orientada pela premissa de que sua cidade não merecia que nela fosse implantado um lixão, pois essa cidade possuía qualidade de vida, como igualmente a possuía todo o Vale do Paraíba; que a população de Santa Branca não devia aceitar de joelhos essa realidade; que, quando foram instaladas as unidades nucleares de Angra 1, 2 e 3, se assegurou que elas iriam resolver o problema da energia do País, e o que delas restava hoje era uma sucata nuclear que não servia para nada; que era igualmente essa situação que se repetiria em Santa Branca; que o Brasil estava comprando gás da Bolívia, motivo por que era necessário se construir essa termelétrica para queimar esse gás; que a população de São José dos Campos estará onde se pretender instalar uma termelétrica no Vale do Paraíba, pois ela lutava por qualidade de vida e o Vale do Paraíba tem de ser uma região voltada para a vida, e não para a morte; que toda a população de Santa Branca deveria em voz uníssona dizer sim à vida e, morte às termelétricas. Osny Telles Orselli, representante da Associação Comercial de São Paulo, fez os seguintes comentários: que estivera na semana anterior no Rio Grande do Sul a serviço, oportunidade em que pôde verificar que naquele Estado havia abundância de energia elétrica, enquanto no Nordeste, onde estivera há quinze dias, pôde verificar a grave situação em que se encontrava a oferta de energia; que a Associação Comercial de São Paulo-Distrital Centro, o CIESP, estava preocupada com o problema ambiental em qualquer região do Planeta, motivo pelo qual observa que o crescimento do consumo, isto é, o aumento da demanda por energia elétrica no Brasil, sempre foi maior do que 1, em termos do Produto Nacional Bruto; que a taxa de crescimento no Brasil, atualmente, era maior do que a da Europa e o consumo de energia elétrica era comparável ao da Itália e do Reino Unido, ou seja, extremamente pequeno; que a capacidade instalada também era extremamente pequena e a quantidade de energia gerada por hidrelétricas era a preocupação de todos; que, de acordo com a Petrobrás, até o ano de 2008 se precisaria de muita energia, pois o crescimento médio seria da ordem de 4,6% ao ano; que, por estas razões, qualquer iniciativa de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

aumentar a oferta de energia elétrica, em qualquer lugar, deveria ser incentivada, embora deveriam ser resguardadas as garantias para manutenção da qualidade do meio ambiente e para a segurança da população; que qualquer empreendimento que vier a ser instalado no Brasil aumentará a oferta e abaixará o preço da energia, pois uma maior oferta de energia era a única maneira de abaixar o preço; que, se esse empreendimento for aprovado pelos técnicos da área ambiental, a população de Santa Branca deverá incentivá-lo, pois, quanto maior quantidade de energia elétrica estiver disponível, mais progresso, mais emprego, mais indústrias, mais saúde, mais escola e mais qualidade de vida haverá à sua disposição. Condesmar Fernandes de Oliveira, representante do Movimento em Defesa da Vida, expôs os seguintes pontos de vista: que, em primeiro lugar, pedia que se diminuísse o volume do som e que fosse feito um minuto de silêncio, prestando-se, assim, uma homenagem às futuras vítimas da poluição, ou seja, àqueles cuja saúde será prejudicada com a instalação dessa termelétrica; que, segundo estudos realizados por cientistas do mundo inteiro, a poluição gerada pelas termelétricas, pelos poluentes por elas emitidos, causava câncer, leucopenia, asma, doenças cardíacas e outras igualmente sérias; que achava importante que as pessoas se informassem a respeito dessa questão; que o governo norte-americano baixou, nos últimos tempos, uma série de normas regulamentando o limite da poluição que poderia ser gerada pelas termelétricas; que, nos Estados Unidos atualmente, não se admitia mais do que dez partes por bilhão desses poluentes e esta era uma quantidade muito pequena, uma quantidade ínfima dessas substâncias que as termelétricas jogavam no ar; que, no caso dos óxidos de nitrogênio, do monóxido de carbono, dos hidrocarbonetos e do ozônio, eram substâncias extremamente venenosas e extremamente tóxicas; que, por este motivo, pedira um minuto de silêncio para as futuras vítimas da poluição do Município de Santa Branca, pois morava em Cubatão onde esses poluentes que iriam ser emitidos pelas chaminés dessa termelétrica eram lançados na atmosfera todos os dias, o dia inteiro, e que isso acontecia lá em decorrência da mentalidade de algumas pessoas semelhante a esta do manifestante que o havia antecedido; que os empresários cada vez mais queriam “grana” e o programa prioritário do Governo Federal para as termelétricas visava o dinheiro do trabalhador, isto é, aquele que constituía o Fundo de Apoio ao Trabalhador, a Petros, e aquele depositado no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, para ressarcir o investimento feito pelas empresas que pretendiam instalar essas termelétricas; que, assim como somente a população pagará as contas de luz mais altas, também os impostos serão pagos com o dinheiro dos trabalhadores; que pedia às pessoas presentes que rejeitassem qualquer termelétrica em qualquer lugar do Brasil e que, no lugar delas, exigissem fossem implantados programas de energia limpa, pois havia em excesso no Brasil vento e energia solar. Passou-se à etapa em que as pessoas se manifestam em seu próprio nome. Fábio Sá Moreira de Oliveira teceu as seguintes considerações: que era proprietário do Hotel Fazendão no Município de Santa Branca, e também era engenheiro civil formado pela Poli; que, na época em que se formou, estavam sendo construídas grandes hidrelétricas como Itaipu e, nessa época, não eram realizadas audiências desse tipo e, quem sabe, se elas houvessem sido realizadas, essa hidrelétrica não existiria e, com certeza, em vez da ameaça de “apagão”, ocorreria um efetivo “apagão”; que existia a possibilidade iminente de ocorrer uma crise irremediável de energia, que poderia ser invertida com a instalação de uma termelétrica, o que possibilitaria se investir no turismo, na melhoria da qualidade do rio, em programas de preservação e na reconstituição de alguns recursos ambientais; que havia elaborado um programa com seis pontos que poderiam ser desenvolvidos e que o apresentou à AES-Eletropaulo, cujo presidente também exercia a mesma função na internacional WWF, que era o maior fundo de preservação da vida selvagem, e que mantinha, inclusive, o Programa Fazenda Rio Negro que estava



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

sendo implantado no Pantanal de Mato Grosso do Sul, cenário da novela intitulada “Pantanal”, fazenda esta que era um exemplo de preservação; que os ecologistas deveriam respeitar essa empresa de porte, pois com os recursos que ela gerará será possível criar empregos na área do turismo, pois só em seu hotel, equipamento importante para o desenvolvimento dessa área, empregava cinquenta funcionários. João Roberto Rodrigues fez os seguintes comentários: que era professor nos cursos de gestão ambiental da Escola Politécnica da USP e da Unicamp e do curso de engenharia de controle da poluição da FAAP; que estava presente na audiência para comentar alguns aspectos de um documento que motivou, provavelmente, a vinda de muitas pessoas presentes, documento este produzido pelo INPE, que era uma instituição extremamente respeitada e reconhecida internacionalmente, razão por que, depois de lê-lo atentamente e de avaliar o seu conteúdo, estranhou uma série de equívocos nele contidos, equívocos estes de ordem conceitual, de tratamento dos aspectos inerentes à poluição, de citação e de apropriação das normas norte-americanas fartamente citadas nesse documento; que existiam equívocos também nos cálculos elaborados sobre as emissões dos poluentes, uma vez que eles não levavam em conta algumas características próprias das turbinas, na medida em que as consideravam como se fossem caldeiras; que há dois dias participara, a convite da Prefeitura do Município de Jacareí, de uma reunião técnica para a qual haviam também sido convidados os pesquisadores do INPE que elaboraram esse documento; que, lamentavelmente, essas pessoas não compareceram e a reunião foi feita apenas com os Vereadores, para os quais se tentou dirimir as dúvidas, e que se colocava à disposição do INPE e dos técnicos da Secretaria do Meio Ambiente, para a qual foi enviada esse documento, caso pretendessem discuti-lo; que entendia que as pessoas que compareceram a essa audiência, como também aquelas que não compareceram, deveriam ser devidamente esclarecidas para que pudessem posicionar-se com justiça e com base em informações consistentes. Shigeru Yamagata fez os seguintes comentários: que tivera a oportunidade de apreciar o relatório elaborado pelos técnicos do INPE referente às emissões das turbinas, à dispersão dos poluentes e à qualidade do ar e que, apesar de se tratar de um relatório bem-elaborado, com recomendações e observações, chamava a atenção para alguns dados referentes às emissões, ao modo como foram elaborados os cálculos e à não-consideração de alguns deles, o que levou a se cometerem erros relativamente graves no que dizia respeito aos limites das emissões; que, ao fazer referência a uma lei federal norte-americana, precisamente no que dizia respeito à queima de resíduos, esse relatório cometeu um engano, uma vez que esse documento legal se referia à queima de resíduos industriais nos fornos, e isso não se aplicava às termelétricas; e que, além deste, havia outros aspectos do relatório que precisavam ser esclarecidos. Rodrigo da Silva Pinto comentou que de nada adiantavam as manifestações favoráveis ou contrárias ao empreendimento, pois quem decidiria de fato seriam os governantes; e que, na realidade, todos deveriam lutar por uma saúde digna e por mais postos de trabalho. Atílio Brunacci observou que, se o empreendimento em discussão seguia as normas e prescrições legais, todos deveriam apoiar sua implantação. Valéria Pires teceu as seguintes observações: que a busca pelo crescimento econômico desenfreado sempre foi realizada em detrimento da preservação do meio ambiente e da saúde pública, embora, a partir disso, tenha surgido uma consciência ecológica e um equilíbrio entre desenvolvimento e preservação; e que, devido à necessidade de energia elétrica e à conciliação entre desenvolvimento econômico *versus* preservação ambiental, considerava necessária uma parceria com uma empresa de grande porte como a Eletroger, razão pela qual se posicionava favoravelmente ao empreendimento. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Legislativo. Giba Ribeiro, Vereador do Município de São José dos Campos, fez os seguintes comentários: que justificava a ausência de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Amélia Naomi e do Deputado Estadual Carlinhos de Almeida pelo fato de ambos terem compromissos inadiáveis; que sua opinião era compartilhada por ambos e pelo Partido dos Trabalhadores de São José dos Campos; que o Município de Santa Branca localizava-se em área de preservação ambiental, o que impossibilitava a realização de empreendimentos da natureza deste que estava sendo discutido; que a usina atômica de Chernobil e a plataforma petrolífera acidentada da Petrobrás também seguiam as normas da lei; que o meio ambiente deveria ser preservado para as gerações vindouras que dele dependeriam; e que parabeniza a Promotoria Pública de Meio Ambiente de Santa Branca pelo fato de a usina em questão ser a única cuja construção estava impedida por meio de uma liminar. Jacy de Pádua, Vereador do Município de Guararema, esclareceu que, em seu nome e em nome dos Vereadores não mais presentes, manifestava-se contrariamente a implantação desse empreendimento; que seu Município, nos anos 60, antes da implantação de uma indústria que provocou chuva ácida, era o maior produtor de pêssegos do Estado e, hoje, não produzia mais nada em decorrência dos efeitos produzidos no meio ambiente por esse empreendimento; e que alertava os governantes do Município de Santa Branca para o fato de que os impostos gerados pelo projeto não serem suficientes para a manutenção da saúde da população. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Executivo. José Francisco de Oliveira Xavier, Secretário de Saúde e Promoção Social do Município de Santa Branca, fez os seguintes comentários: que muitas das pessoas ali presentes tinham um comportamento antidemocrático, na medida em que impediam o pronunciamento daquelas que eram favoráveis à implantação desse empreendimento, motivadas pelo receio de que suas manifestações os prejudicassem; que essas pessoas não tinham consciência do que representavam o empreendimento e seus aspectos positivos e negativos; que essa audiência pública era fruto da luta dos ambientalistas que lutaram para que sua realização fosse determinada pela lei que regulamentava o licenciamento, e que aqueles que apitavam e vaiavam deveriam pensar melhor no conceito de democracia e no direito à manifestação. Joaquim Vitor Ribeiro, Prefeito Municipal de Santa Branca, ofereceu os seguintes esclarecimentos: que de nada adiantaria o barulho que estava sendo feito, pois o que orientaria a instalação ou não desse projeto eram os dados técnicos; que, apesar de admirar o trabalho dos ambientalistas, eles deveriam ser coerentes; que se considerava um homem honrado e corajoso para lutar por um benefício para o Município; e que desconsiderava e dispensava as críticas infundadas de pessoas que não eram de Santa Branca e apenas queriam tumultuar. Passou-se à etapa das réplicas. Fernando da Fonseca Santos, representante do empreendedor, teceu os seguintes comentários: que cumprimentava a todos que civilizadamente participavam da audiência pública; que, apesar de muitos terem dito o contrário, o prefeito Joaquim Vitor era um homem cauteloso e o fora também em relação a esse empreendimento, tendo criado uma comissão para examinar o relatório do INPE, após o que o enviou para a Secretaria de Meio Ambiente; que o pensamento do empreendedor era calcado na ética e na responsabilidade social; e que o relatório do INPE havia sido incorporado ao EIA/RIMA. José Manuel Mondelo, representante da equipe que elaborou o EIA/RIMA, teceu os seguintes comentários: que alguns pontos importantes precisavam ser esclarecidos com relação à localização dessa termelétrica, como, por exemplo, a ausência de restrições legais no que dizia respeito à sua localização a 2,5 km da área urbana e em uma área de proteção ambiental, na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba, pois isso apenas conferia maior responsabilidade ambiental ao empreendimento, especialmente ao seu planejamento ambiental; que uma APA era uma área protegida pela legislação ambiental, que permitia a convivência do meio ambiente com diversos tipos de atividade, inclusive a industrial; que, se assim não fosse, o Vale do Paraíba não poderia sediar nenhuma das indústrias que recentemente se



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

implantaram na região, pois uma APA não era uma área de preservação permanente, onde as restrições ambientais eram mais severas, exigiam maiores cuidados e, muitas vezes, impediam a implantação de determinados empreendimentos; que existiam várias maneiras de se diminuir e controlar as emissões de NOx, desde sistemas de controle ambiental complementares na chaminé, injeção de água para abatimento dessas emissões, recirculação de gases, combustão sequencial, queima com pouco excesso de ar, até a mais moderna tecnologia, que era a utilização de queimadores de baixa emissão de NOx, que resolviam o problema na fonte onde ele surgia; que essa era a alternativa adotada pela Eletroger, ou seja, diminuir, ao máximo, as emissões no ponto do processo onde elas ocorriam; que as emissões atmosféricas da usina, associadas às condições de dispersão da região e às características técnicas do projeto, permitiam concluir que não ocorreria nenhum efeito cumulativo na atmosfera, que não iria alterar-se o atual padrão da qualidade de vida da região, que não havia qualquer possibilidade de formação de chuva ácida e que, se ela ocorresse, ela aconteceria no mundo inteiro; que foram utilizados todos os dados disponíveis relativos à meteorologia da região; que se observava, nas manifestações feitas, uma confusão entre os conceitos de vento e de dispersão e que, quando se pensava na dispersão de poluentes de emissões atmosféricas, era necessário observar-se a situação das camadas mais elevadas, onde ocorriam os ventos que possibilitavam essa dispersão; que o fenômeno da dispersão não estava diretamente relacionado com o vento que todos sentíamos aqui na superfície, mas ocorria, sim, nas camadas atmosféricas mais altas, dependendo da temperatura dos gases e do ambiente, vindo daí a confusão, e que as situações de calmaria podiam até favorecer a dispersão; que Santa Branca estava próxima de dois grandes reservatórios e era, por isso, uma área naturalmente sujeita à formação de neblina; que a evaporação das torres de resfriamento seria vista por quem estivesse dentro da área da termelétrica, mas, fora dela, não provocaria qualquer fenômeno, pois ela equivaleria a somente 3% do total evaporado dos lagos próximos à Santa Branca e que, portanto, não alteraria o clima da região em qualquer quesito; que a chuva ácida era causada por grandes emissões de poluentes como o enxofre, presente no SOx, e nitrogênio, componente do NOx, mas que, nas quantidades previstas no projeto, não provocaria o fenômeno da chuva ácida, que era um acontecimento global; que a tecnologia de gás natural era atualmente a mais moderna forma de geração de energia a partir de combustíveis fósseis; que o gás natural era o combustível fóssil mais limpo e aquele cuja tecnologia de queima mais se desenvolvera na última década; que o conceito do ciclo combinado tornara a utilização do gás natural uma alternativa altamente viável do ponto de vista econômico, pois previa o reaproveitamento dos gases gerados no processo de combustão; que o número de usinas termelétricas no mundo subira de 400, em 1979, para 1.200, no ano 2000, mostrando ser uma tecnologia energética de Primeiro Mundo em enorme expansão; que outra falácia amplamente divulgada nessas audiências públicas era que as termelétricas iriam aumentar os problemas de aquecimento global, provocando um grande aumento no efeito estufa, o que era desmentido pelos dados ultimamente divulgados e que, portanto, impedir a implantação dessa termelétrica não iria minorar esse efeito, não sendo uma medida eficiente nem justa; e que finalmente, colocava sua equipe à disposição de qualquer pessoa ou entidade que precisasse de esclarecimentos complementares. Osvaldo Sevá, representante do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema, teceu os seguintes comentários: que lamentava o pequeno número de pessoas presentes no final da audiência, mas que, sem as manifestações tumultuosas, era possível um diálogo mais civilizado; que insistia em sua afirmação de que havia mentiras na exposição do empreendedor, como a respeito da presença de enxofre no gás natural, pois, como afirmaram os representantes dos empreendedores, o gás natural não continha enxofre, embora



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

fosse de conhecimento geral que, como todo combustível fóssil, ele também o continha; que, se não fosse assim, a Agência Nacional do Petróleo não teria especificado o limite máximo para o enxofre no gás natural, que era de 80 mg/m³; que a ignorância demonstrada pelo representante do empreendedor complementava as mentiras, porque, há dois anos, o EIA de uma termelétrica informava que nela seria usado enxofre num índice de 130 mg/m³; que os profissionais da Comgás analisavam gás o tempo inteiro e sabiam da existência de um determinado teor de enxofre no gás, o qual variava e tinha de ser medido constantemente para não sair das especificações e causar problemas contratuais; que indagava o empreendedor se ele desconhecia essas informações e como ele era capaz de mentir afirmando que o gás natural não continha enxofre; questionava o Secretário Municipal de Saúde de Santa Branca, que afirmara que todos os que se haviam manifestado antes dele não tinham conhecimento do assunto, embora, entre as pessoas que se haviam manifestado, alguns fossem técnicos em energia elétrica, em combustíveis, em termodinâmica, em poluição atmosférica; que igualmente o Prefeito do Município de Santa Branca tivera a mesma atitude ao apoiar a instalação desse empreendimento, não porque o tivesse analisado, mas por ter sido convencido a fazê-lo; que, se aquelas pessoas que apoiavam esse projeto sem a menor idéia do que ele representava, ou seja, sem conhecê-lo, e que, por esta razão, haviam dito tantas inverdades, se elas quisessem poderiam ir à Unicamp para aprender um pouco sobre esse assunto, de modo a não mais falarem em público para tentar enganar a população. Ricardo Ferraz, outro representante do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema, informou que sua entidade e o movimento ambientalista estavam-se organizando para entrar com uma ação na Justiça baseada no princípio da precaução, diante do descalabro e das falsificações dos dados constantes do estudo sobre esse projeto e defendidos nessa audiência, o que era uma questão muito séria, uma questão política, motivo por que pedia ao Secretário Executivo do Consema que a ata da audiência ficasse pronta o mais rápido possível, a fim de conferir agilidade à abertura desse processo; e que informava aos moradores de Santa Branca que aquela cidade precisava fazer política de verdade para defender a saúde pública e o meio ambiente e não se tornar refém das indústrias capitalistas. O Secretário Executivo do Consema, depois de pedir desculpas ao Prefeito do Município por não poder ceder-lhe mais tempo para fazer uso da palavra, uma vez que tinha de seguir as regras estabelecidas, argumentou que esse processo de discussão democrática precisava ser aperfeiçoado cada vez mais. Informou, em seguida, que todas as etapas da audiência pública haviam sido cumpridas, e que todas as pessoas que, eventualmente, tivessem ainda alguma contribuição a oferecer teriam o prazo de cinco (5) dias úteis, a partir da data de realização dessa audiência, para enviá-la à Secretaria Executiva do Consema através de carta registrada ou protocolando-a diretamente nesse setor, e que essa contribuição seria enviada ao DAIA para ser anexada ao processo e analisada. Em seguida, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Consema, Deputado Ricardo Tripoli, agradecia a presença de todos e declarava encerrados os trabalhos. Eu, Germano Seara Filho, Secretário Executivo do Consema, lavrei a assino a presente ata.

GSE/PS-JD



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA